

ELE NÃO CHEGA NUNCA ...

Experiências de mulheres no contexto do trabalho escravo

Ricardo Rezende Figueira*
Adonia Antunes Prado**

O artigo discute situações de medo, resistência e estranhamento vividos em consequência de migrações, a partir do discurso de três camponesas do Piauí. Elas têm em comum a região de moradia, o trabalho rural, a baixa escolaridade, a situação de pobreza, a “invisibilidade” de gênero, e, sobretudo, a existência de familiares masculinos aliciados e levados ao sul do Estado do Pará: muitos desses homens, frequentemente submetidos ao que tem sido reconhecido como *trabalho escravo por dívida* em empresas agropecuárias, passam por situações de violência e as suas famílias não têm notícias sobre eles. Nas comunidades de origem, esposas, mães, filhas, mantêm a vida cotidiana, compartilhando redes de relações materiais e simbólicas.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo; Trabalho escravo por dívida; Migração; Memória.

*Padre da Diocese de Conceição do Araguaia, antropólogo, doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e pós-doutor no Instituto de *Derechos Humanos 'Bartolomé de las Casas'*, da *Universidad Carlos III*, de Madrid, Espanha, em 2010. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH/ CFCH/UFRJ, Professor Adjunto 3 do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da UFRJ e Coordenador de Pesquisa do NEPP-DH. Recebeu os prêmios *Jabuti* e *Casa de las Américas* pelo livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. E-mail: rrfiguei@uol.com.br. Rio de Janeiro/Brasil.

**Mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1982), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e pós-doutora em El Colegio de México (2003). Atualmente é professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) do Núcleo de Estudo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), da UFRJ. Colaborou na organização do livro *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil – contribuições críticas para sua análise e denúncia* (Editora UFRJ, 2008), do qual também é co-autora. E-mail: adoniaprado@hotmail.com. Rio de Janeiro/Brasil.

Introdução

O trabalho de pesquisa de campo que resultou neste texto foi realizado no Estado do Piauí e concluído em 2007. No total foram entrevistadas mais de 100 pessoas. Dentre estas, decidimos escolher a experiência de três mulheres – Lia, Graça e Ana¹ – devido à presença de maior número de informações significativas para o que os autores pretendiam aqui. No pano de fundo temos algumas questões: memória, migração e trabalho escravo. Mas o que significa a escravidão contemporânea no país? O trabalho involuntário em empresas agropecuárias ou outras unidades de produção, fruto da coerção, sob o pretexto da dívida, tem sido identificado por muitos defensores dos direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, funcionários do Estado e pesquisadores como *trabalho escravo*.

Em geral a pessoa é aliciada diretamente ou através de terceiros no local onde mora ou no local onde busca trabalho e é levada para outro município ou estado. Uma vez transportada até o local do trabalho, ela é informada de que só poderá sair após pagar o abono recebido no ato do recrutamento, os gastos efetuados no transcurso da viagem com transporte, hospedagem e alimentação. A dívida pode aumentar se a alimentação e os instrumentos de trabalho são adquiridos em uma cantina na própria fazenda.

Este tipo de super-exploração da força de trabalho humana está capitulada no Código Civil Brasileiro, em seu artigo 149, como se verá adiante, sendo que, dados do Ministério do Trabalho e Emprego informam que, no período entre 1995 a 2010, foram inspecionados 2.844 estabelecimentos em vários estados da Federação, dos quais foram resgatados 39.180 trabalhadores e trabalhadoras, aos quais foram pagas indenizações no valor de R\$ 62.247.947,36.²

O estado do Piauí, onde foi realizada a pesquisa, se destaca como um pólo de emigração, exportador de mão de obra, em grande parte em razão da pobreza e da falta de perspectivas de mudança locais. Mas outras razões também favorecem, tais como desavenças em casa e desejos de jovens empreenderem viagens como um rito de iniciação.

Para melhor compreender as experiências de Ana, Lia e Graça, principais sujeitos deste texto, são apresentados, ainda que de maneira precária, alguns aspectos da realidade social que as cerca. Por exemplo,

¹ Os nomes das informantes e de seus parentes são fictícios. O marido de Ana é apresentado como Pedro e seu cunhado como Zé Preto. Os depoimentos se encontram no arquivo do GPTEC/NEPP-DH/UFRJ, nas pastas TE PA (PI – Entrevistas 00) e TE PA (PI – Entrevistas 05).

² Disponível em: www.portal.mte.gov.br. Acesso em: 14.09.2011.

o Produto Interno Bruto per capita de Barras, onde viviam, era de R\$ 2.950,69 no ano de 2008³, enquanto em Ribeirão Preto, São Paulo, era de R\$ 24.898,00⁴ e o do Brasil R\$ 18.953,6.⁵ É possível constatar que o Produto Interno Bruto do município era, à época da pesquisa de campo, cerca de seis vezes menor que o PIB brasileiro⁶ e que, segundo dados do IBGE, em 2009, da população residente de 44.850 pessoas, a população ocupada era de 2.281 moradores.⁷

Dados do Censo Demográfico de 2010 indicavam que, enquanto no Brasil as pessoas analfabetas com 5 anos e mais era de 9,6%; no Nordeste era de 19,1% e no Piauí, 22,9%. A mesma fonte informava que as porcentagens encontradas para domicílios particulares abastecidos por rede geral de água eram, respectivamente, 82,9, 76,6 e 72,2 e que no Piauí a proporção de pessoas com renda per capita inferior a R\$ 70,00 chegava a 17,7%. Além disto, um gráfico do IBGE apresentava a estrutura etária do estado conforme a renda familiar *per capita* e mostrava que a maior concentração etária da população se encontrava na faixa dos 10 anos de idade e se situava na classe de rendimentos entre zero e ¼ de salário mínimo.⁸ Os números por si revelavam a carência de recursos da população do lugar.

Memórias e migração

Os números revelaram e revelam muito. Revelam situações sociais e econômicas e podem auxiliar a compreender a memória e a história. O vivido e o experimentado - *deslocamentos*, transformações e rupturas, temporárias ou definitivas, com suas singularidades e desdobramentos - compõem a história das pessoas. A ação de sair de onde se está e a forma como ela é observada pode ser diferente. Alguns têm seus momentos de partida ou de chegada pressionados pela necessidade econômica, por ameaças, perseguições políticas; outros podem se deslocar por razões afetivas ou religiosas, para estudar ou por desejo de assumir determinadas tarefas. Se alguns se deslocam até fisicamente forçados, outros o fazem voluntariamente.

³ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pi. Acesso em 10/09/2011.

⁴ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sp. Acesso em 10/09/2011.

⁵ Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br/AtosExecutivos/2008. Acesso em 10/09/2011.

⁶ As informações sobre o PIB foram encontradas em: www.ipib.com.br/ranking/fichaestados. Acesso em 06/05/2007.

⁷ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 10/09/2010.

⁸ Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/censo_2010_piaui.pdf. Acesso em 10/09/20011.

As memórias podem ser de si mesmo e de suas experiências ou podem ser fontes inspiradoras para tratar de problemas relativos a outros, inclusive enquanto ficção. O brasileiro Darcy Ribeiro que, sendo “branco”, foi morar entre índios, escreveu um romance - *Maíra* - onde discorreu a respeito do drama do contato entre dois mundos, o indígena e o não indígena; tratou da experiência de alguém deslocado ou, utilizando uma categoria cara a Norbert Elias e a John Scotson⁹ – em contexto diferente -, de alguém que se tornou um *outsider* de si mesmo. Em *Maíra*, temos a personalidade fragmentada do ser humano no desastre de um choque intercultural e etnocêntrico.

Lembrar é um ato de recomposição de história que explica parte do tempo presente. Parte, pois a história não é linear e nem é previsível. Contudo, olhar hoje o passado é recuperar, sob o olhar do presente, com suas compreensões e seus riscos, algo de espaço-tempo que dá sentido não apenas ao que foi, mas ao que é.

A memória humana pode falhar, confundir ou mudar histórias, por muitas razões: o tempo entre o fato ocorrido e o momento de seu registro, os aspectos mais delicados, que se deseja esquecer; ou aqueles que tiveram tanta importância subjetiva que crescem e se transformam. Cuidar da imaginação para que não confunda, exige quantas vezes checar as lembranças com anotações, conferir documentos e dialogar com outros que partilham as mesmas histórias. Alessandro Portelli suscita reflexões sobre a complexidade da memória ao citar Giovanni Contini e a “memória dividida” que identificou, em um episódio de Resistência ao nazismo, na Itália, uma memória “oficial” e outra “criada e preservada pelos sobreviventes”. Aquela articulou um discurso de elogio às vítimas como “mártires da liberdade”, esta, a dos parentes e sobreviventes, se restringiu ao luto e contestou uma ligação com a Resistência. Mais que isso, acusou os membros da Resistência de irresponsáveis e causadores da retaliação alemã com suas mortes.¹⁰

Aos pesquisadores que entrevistaram as três mulheres não interessava, apenas, se o relato correspondia ou não à realidade, no sentido de que tais fatos teriam acontecido desta forma e não de outra. Interessava também o porquê contar suas experiências dessa forma e não de outra. Se as histórias apresentassem imprecisões, “erros”, elas no mínimo revelavam que as informantes compreendiam que os fatos tinham a possibilidade de acontecerem daquela forma.

⁹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”, p. 105.

Este estudo não versa sobre as memórias em si, mas é construído a partir de memórias. Dele participaram as mulheres que, sendo únicas em suas individualidades e suas histórias, refletiram experiências de outras mulheres. As três tiveram em comum a origem - mesma cidade piauiense -, a baixa escolaridade, a pobreza e a existência de parentes masculinos que migraram para trabalho em empresas agropecuárias no Pará. Gente que saiu de casa por múltiplas razões, mas principalmente em busca de vida melhor.

Os trabalhadores sobre os quais discorreram as mulheres fazem parte de um grupo que muitas vezes transita há anos na esfera limitada da liberdade (privada e/ou social), cerceado pelas injunções econômicas, culturais e, - às vezes- armadas das milícias das fazendas e dos empreiteiros, quando não do próprio Estado. Este, principalmente nas décadas de 1970/80, participou por omissão ou conivência das autoridades, favorecendo os aliciadores, os empreiteiros, os gerentes ou os proprietários dos imóveis na repressão aos trabalhadores. Seu papel seria colocar-se a serviço das garantias constitucionais da livre locomoção, da liberdade na venda do próprio trabalho, do direito ao salário, à igualdade, à inviolabilidade da vida privada, à proteção do corpo contra a tortura ou ao tratamento degradante.¹¹ As condições objetivas da liberdade para estes trabalhadores, em certos momentos, não foram mais que mera formalidade jurídica.

O desfecho do deslocamento nem sempre é previsível e, se alguns retornaram ao Pará, levados pelos mesmos aliciadores ou por outros, isso significava também que nem todos os que migraram sofreram os mesmos problemas, ou os compreenderam da mesma forma.

Escravidão

Mas sobre o que falamos? No Brasil, tem sido frequentemente admitido que uma parte dos migrantes internos é submetida ao tipo de exploração considerado como *trabalho escravo contemporâneo* na área rural. São identificados nessa atividade ilegal, empresários, muitos deles poderosos, instruídos e capazes de manejar conhecimentos de ponta, conforme é possível constatar no cadastro - conhecido como Lista Suja -, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, das fazendas consideradas incursas no crime. As “vítimas” são pobres, em geral sem terra ou com terra insuficiente.

¹¹ Trata-se de alguns dos itens previstos no “Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e do Capítulo II - Dos Direitos Sociais” (*Constituição*, 1988).

O que é considerado como trabalho escravo contemporâneo? Ora, a categoria, construída após extensos debates na sociedade civil, no Estado e na academia¹², está ligada, segundo alguns, ao trabalho humano involuntário, conseguido pela coerção sobre alguém ou sobre um grupo social por uma pessoa física ou jurídica.¹³ Se em outras épocas a escravidão foi aceita e regulada por lei, hoje, considerada ilegal e rejeitada por acordos internacionais, persiste, mesmo se escamoteada. E se apresenta principalmente sob o pretexto de uma dívida fictícia ou real.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra - CPT -, o trabalho escravo contemporâneo é a sujeição física ou psicológica de um homem por outro e, no Brasil, a forma mais comum de sujeição é a dívida. Ou, como reconheceu em 1995 o presidente do país, em programa radiofônico, a diferença entre a antiga escravidão e a atual é que antes “os escravos tinham um senhor”, os de hoje “trocaram de dono e nunca sabem o que esperar do dia seguinte”. Poderia ainda, lembrando Kevin Bales¹⁴, acrescentar que a escravidão atual, pelo seu baixo custo e pela oferta de mão de obra facilmente aliciada, tem sido em geral de curta duração e é descartável, ao contrário da antiga.

Se há diferenças entre uma e outra escravidão, há também algo em comum entre elas: a vítima é sempre uma estranha ou estrangeira ao local onde ela é submetida. O escravo é o outro, o migrante, o diferente; não é o de casa. Estranhas ao local onde o trabalho é executado, as pessoas ficam mais vulneráveis aos abusos e às coerções dos seus senhores.¹⁵ Outro aspecto comum entre a nova e a antiga escravidão é que os escravizados normalmente são tratados como uma mercadoria, mesmo se “disfarçada”, sem a nota fiscal comprovadora da relação comercial¹⁶, apesar de que em alguns casos, como reconhece José de Souza Martins, existiam “recibos de compra e venda de escravos”, “que não só se transaciona a pessoa, se compra e se vende, mas se dá um recibo”¹⁷.

¹² MARTINS, José de Souza. “A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil”, p. 1-2; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, p. 33-48.

¹³ Sob o ponto de vista legal, o art. 149 do Código Penal Brasileiro, considera trabalho análogo a de escravo, por exemplo, se a pessoa é submetida a situações degradantes. Alguns propõem que o artigo amplia a compreensão do problema, ligando-o, mais do que à liberdade, à dignidade humana.

¹⁴ BALES, Kevin. *I nuovi shiavi*. La merce umana nell’economia globale, p. 20.

¹⁵ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão – o ventre de ferro e dinheiro*, p. 22; FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*, p. 87; FIGUEIRA, op. cit., p. 33-48.

¹⁶ Sobre o escravo como mercadoria disfarçada veja BALES, Kevin. *I nuovi shiavi – la merce umana nell’economia globale*, p. 19-22. Em 1926, a Liga das Nações definiu: “Escravidão é o estado e a condição do indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os atributos do direito de propriedade”.

¹⁷ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e política no Brasil*, p. 137.

Para que a escravidão seja eficiente, é necessário algum grau de legitimidade atribuído à relação entre o empreiteiro (“gato”) e o empreitado (“peão”).¹⁸ O “gato”, no caso estudado, em geral é alguém “contratado (pela empresa agropecuária) para desflorestamento, feita e conservação de pastos e cercas ou outros serviços para fazendeiros e empresas agropecuárias na Amazônia. Muitas vezes anda armado, trabalha com parentes e com uma rede de “fiscais”, os pistoleiros. “Em geral os gatos mais violentos gozam de prestígio, são considerados eficientes e podem prestar serviço por anos consecutivos para as maiores empresas”¹⁹.

Antes mesmo de os trabalhadores chegarem à unidade de produção, é construído, pelo aliciamento, um sistema de endividamento progressivo. Ao ser contatado, o peão recebe um adiantamento em dinheiro. A dívida aumenta com os gastos de alimentação e transporte até a unidade de produção, as compras de gêneros alimentícios, material de higiene, ferramentas de trabalho, instrumentos de proteção e medicamentos, feitas na cantina do empreiteiro ou da empresa proprietária da fazenda.

O trabalhador tem, influenciado pela consciência moral, uma consciência falsa de responsabilidade legal sobre a “dívida”. Impulsionado pela noção de que “quem deve é obrigado a pagar”, torna-se primeiramente prisioneiro de sua própria consciência, pois desconhece que no país ninguém é obrigado a trabalhar ou pode ser preso por dívida, salvo nos casos específicos de pensão alimentar. Em seguida, se torna prisioneiro da distância, da falta de dinheiro, da vergonha de retornar a casa mais pobre do que saiu, ou pelas ameaças que recebe.

Os estudos sobre migração são extensos, dada a sua gravidade. Quem emigra pode se tornar mais frágil pela distância dos seus e, por isso, de uma rede de solidariedade. A pessoa migrante deixa para trás o conhecido, a geografia física e a humana, com os valores que se expressam em costume, música, religião, culinária. As consequências para quem parte ou para os seus são diversas e dependem de um conjunto²⁰ de variáveis. Estudos elaborados a respeito de migrantes argelinos na França, como os de Abdelmalek Sayad revelam dificuldades

¹⁸ “Peão”, no caso, é o trabalhador rural assalariado que executa trabalhos pesados, de baixa qualificação profissional.

¹⁹ FIGUEIRA, *op. cit.*

²⁰ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração – ou os paradoxos da alteridade.*

às vezes aparentemente insuperáveis. Bourdieu, na introdução do mesmo livro de Sayad²¹, constata que o autor, ao tratar dos “imigrantes”, “traça (...) um retrato impressionante dessas “pessoas deslocadas”, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais”. O imigrante é aquele que oscila, no seu deslocamento, não é “estrangeiro”, mas também não é “cidadão”. É alguém na “fronteira entre o ser e o não-ser”. E aquele que fica e espera por ele - a mulher, os filhos, os pais - torna-se também de alguma forma participante da sua dor.

Versão e dor: ir e ficar

As entrevistas deste texto fazem parte de um conjunto maior recolhido no mesmo período e região. Aqui, houve um recorte em torno de mulheres que têm em comum, além do gênero e da mesma cidade de residência, os filhos, a origem camponesa e o parente aliciado. Duas são viúvas, uma tinha o esposo vivo. A primeira, Lia, a mais jovem das três, com 39 anos, era duas vezes viúva e mãe de oito filhos. Na ocasião da primeira entrevista, em 2000, presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR – do Município de Barras. Ela se associou ao STR para conseguir a pensão a que tinha direito como viúva e progressivamente se engajou na luta, se interessando pelos problemas de sua comunidade. Iniciou sua trajetória numa “reunião do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, com uma companheira que era da diretoria do Sindicato”. Lembra que depois foi a uma reunião em Brasília, que considerou “emocionante”, e se envolveu cada vez mais.

Ela falou sobre os traços masculinos e femininos. No seu mundo, constantemente, “os homens vão e as mulheres ficam”. A mulher, a que *fica*: cuidava da roça; “faz roça” quando esta ainda não existia; quebrava coco; cuidava da família; trabalhava sozinha para criar os filhos; às vezes, casava de novo (revelou que uma esperou 20 anos e tornou a se casar). O homem, aquele que “sai”, que “viaja”: trabalhava “lá”; às vezes mandava dinheiro; às vezes não mandava; não voltava; não dava notícia. Ela sabia do abandono, por isso falava a respeito da desolação, da pobreza e das dificuldades vividas pela metade da população, sendo que a outra também não tinha do que se regozijar.

Em uma conjuntura difícil - sem terra própria e trabalho -, predominou a ideia de que “a mulher sofre mais” que os homens. O fato de que ela fica (sem dinheiro) obrigada a assumir as responsabilidades

²¹ *Ibidem*, p. 11.

citadas, acrescidas ao ônus das preocupações com a segurança do homem, com sua saúde, com possíveis infidelidades etc.²² faz com que, no seu imaginário, a mulher seja a grande perdedora no jogo pesado de vida e de morte. Ela afirma, ainda: “o homem tem mais liberdade... pega o dinheiro e às vezes nem dá pra ela [para a esposa], gasta com bebida, com festa, com outras mulheres... e ela acaba sofrendo mais...”.

A sindicalista Lia e as demais descreveram a situação como a percebiam. Medo, saudade, privações de vários tipos são sentimentos que povoam as suas vidas. A aproximação com as mulheres entrevistadas foi feita na tentativa de entendê-las e entender seus sentimentos; de perceber como viviam a realidade do trabalho escravo a partir do lugar social que ocupavam: o lugar multifacetado daquelas que assumem a permanência (sobrevivência) da unidade familiar por meio do sustento da família - com recursos deixados ou enviados pelos homens ou auferidos por elas próprias -, dos cuidados das crianças e dos anciãos, do cultivo dos laços de amizade e de solidariedade que, de alguma forma, operam como redes de sustentação que tornam possível a vida social.

Fazer uma abordagem a partir da memória dessas mulheres significou dar voz a quem tradicionalmente não está autorizada a falar de si e cujas vivências muitas vezes têm sido traduzidas por atores que pouco estão informados a respeito dos dramas e sentimentos íntimos femininos e das tensões que a situação de presença-ausência (fala-se de “viúvas de maridos vivos”) faz habitar em seu seio. Em especial na área rural, o trato de questões de caráter público relativas às mulheres é assumido pelos homens, a elas cabendo pronunciar-se a nível privado, a respeito de assuntos igualmente relativos a este domínio. Encontra-se então uma dupla separação entre os gêneros: primeiro, as mulheres identificadas com o espaço do lar, da família, da economia doméstica aos quais se atribui status secundário. O segundo aspecto diz respeito ao tipo diferenciado de abordagem que se espera das mulheres e dos homens no trato com os problemas (objetivos e/ou subjetivos). Raramente elas são consideradas capazes de autodomínio, competitividade ou racionalidade²³, mesmo quando, no caso das mulheres que participam desta pesquisa, assumem o comando do lar durante a quase a totalidade dos dias, administrando, vendendo, comprando, cuidando, resolvendo problemas durante a ausência dos maridos, pais e irmãos. Delas se espera que administrem confidências, lamentos, piedade, até solidariedade, desde que estejam restritos a espaços privados.

²² Em geral, as famílias não conhecem o paradeiro dos seus familiares. Na maioria das vezes, os próprios trabalhadores não sabem para onde estão sendo levados.

²³ MATTOS, Patrícia. “A mulher moderna numa sociedade desigual”.

Elas falam e assim traduzem em palavras suas experiências, fragmentos de memórias e sentimentos, em um processo que Queiroz denominou “a narrativa [que] encerra uma primeira transposição: a da experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos”²⁴. O *indizível* se transforma em informação no momento em que é dito. Passando pela experiência da verbalização, o sentimento, a experiência da dor e do medo se transforma em informação para os pesquisadores.

Levando em conta a perspectiva que se está imprimindo a este estudo, vale lembrar as considerações de Rocha-Coutinho²⁵ a respeito da pertinência da narrativa oral como instrumento de pesquisa adequado aos estudos de gênero por criar condições propícias não só para a investigação de fatos e outras expressões objetivas da vida social, como também para a observação de sentimentos e experiências emocionais dos sujeitos pesquisados. Cabe, entretanto, ressaltar que algumas vezes a experiência não pode ser narrada. As mulheres e os homens que sofrem e/ou sofreram situações vexaminosas ou difíceis de serem relatadas, perdas materiais ou morais, em vários momentos são incapazes, como afirma Pollak²⁶, de verbalizar suas lembranças chegando, algumas vezes, a perdê-las nas brumas do esquecimento protetor.

As razões para a viagem e o desaparecimento

Ana tinha três filhos e era viúva como Lia. Mas 10 anos mais velha que esta, menos filhos, e sua viuvez era distinta. O marido foi assassinado no Pará – ao contrário do caso de Lia, casada duas vezes, cujos esposos morreram por outras razões e no próprio Piauí. Graça, a terceira, tinha 51 anos e, da mesma forma que Lia, tinha oito filhos. Elas viviam uma experiência comum, o parente foi ao Pará; mas a relação de parentesco não era a mesma: de Lia foi o cunhado; de Ana, o esposo, e de Graça, o filho. Nos três casos havia, além do parente que foi ao Pará, o não retorno. Graça descreveu a partida de seu filho

o “gato” manda buscar, manda pegar. Vêm os carros e aí leva. No ano passado eles foram e o carro foi até preso na estrada. Ficaram dois dias presos. Os bichinhos ali sofrendo de fome. Nós estamos esperando agora, tá pra chegar até o dia 30. O outro não vem agora, não. Só mesmo em dezembro. O que tá com cinco anos faz agora em dezembro, não sei se ele vem.

²⁴ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. “Relatos orais: do *indizível* ao *dizível*”, p. 273.

²⁵ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. “A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero”.

²⁶ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”.

No caso descrito, o “gato” mandou, do Pará, uma ordem, evitando assim se deslocar até o local do aliciamento. Outro fez esse trabalho. Em alguns casos, o “gato” não ia pessoalmente ou porque um grupo grande de trabalhadores seria aliciado e precisava ser coordenado e não possuía condições de fazê-lo sozinho ou porque estabelecera anteriormente relações na região que permitiriam o aliciamento através de um preposto.

Aliciar era uma etapa no processo. A segunda era o de transporte. Os trabalhadores podiam viajar em carro fretado ou em veículo de linha. O carro fretado podia ser interceptado pela polícia rodoviária por falta de documentos ou pelo indício de aliciamento e a polícia re-encaminhava para a cidade de origem os aliciados. Outra forma de transporte comum se dava com a utilização do transporte rodoviário e ferroviário. O trabalhador pega um ônibus de linha e embarca no trem em direção ao Pará. Os problemas podiam começar antes de alcançar a fazenda, no caminho, como ocorreu no caso relatado.

A razão apresentada pelos peões para a viagem em geral coincidia: “aqui não dá, aqui não tem serviço, se tivesse não saía (...). Eles saem para o mundo porque é o jeito. Aqui não tem um meio” ou “tem mês que ele não ganha nem um centavo... é fraco demais aqui o Piauí”. O cunhado de Lia, por exemplo, viajou em 1981. Ela explicou: “saíu porque era jovem e o interior não oferece a menor condição de vida para o rapaz”. Ou “os jovens saem porque não têm emprego, sem condição de viver se obrigam a viajar. Viajam sem sonhos, apenas por necessidade”. No entanto, as experiências vividas em fazendas e nos garimpos da região foram repetidamente malogradas por isso não se viajava com um sonho. Mas os poucos casos nos quais os trabalhadores obtinham algum sucesso eram suficientes para se correr os riscos. A sindicalista afirmou que: “Nem o dinheiro (a que o cunhado fazia jus) ganhava porque o “cara” enganava ele”. Os depoimentos revelam que o “sair” é como um imperativo. Sem alternativas econômicas, os homens partem, mesmo sabendo dos riscos, das humilhações e das doenças. Partem por desespero e para desconsolo das famílias.

Lia relatou casos de vizinhos humilhados, agredidos fisicamente e que para se salvar fugiram, mesmo sem dinheiro. E seu cunhado era um dos que desapareceram. A família não sabia sequer se estava vivo. A perda de contato do trabalhador com a família nem sempre significava uma morte, dava-se também por vergonha. Se a pessoa saiu em busca

de melhora e se vê ainda mais pobre, pode preferir não dar notícias, não assumir, diante da família e dos amigos, o fracasso de seus projetos. Houve ainda, situações em que o “gato”, finda a empreita, transferia – ou “vendia” - trabalhadores para outro “gato”. E o trabalhador atrasava mais seu retorno.

Mulher e trabalho

Dados da CPT informavam que ao menos um homem em cada família daquela região do Piauí “saiu”, viajou em busca de trabalho em regiões distantes.²⁷ Dentre estes, grande era o número dos que levam meses ou anos “viajando” e muitos eram chefes de família.

Lia se expressou em relação ao tema. Vale dizer que ela tinha de peculiar, frente às demais informantes, sua participação em reuniões, as discussões sobre problemas da categoria e as correspondentes políticas públicas, a viagem à capital do país e sua capacidade, como vimos, de distinguir e explicitar os traços femininos e masculinos. Ela tornava visível para si e para outras o papel feminino na história ao afirmar que a mulher “fica”. O verbo tinha um significado para além do “não empreender o deslocamento”. Revelava que o provimento da família vinha da mulher. O homem trabalhava, mas “saía”, migrava e por isso também nem sempre era o provedor. Lia assumia seu papel de provedora especial frente às outras duas, apesar da prole numerosa: recebia ajuda de custo proveniente de suas atividades no STR, a pensão do marido e tinha consciência da sua importância no mundo da casa e no espaço público.

Na área estudada, a situação de pobreza e a ausência masculina faziam com que as mulheres buscassem recursos na coleta do coco babaçu, atividade que acrescentavam às suas tarefas domésticas, que incluíam os cuidados da casa, dos filhos e, muitas vezes, dos netos. Algumas trabalhavam na roça de subsistência, mas, tradicionalmente, a mulher trabalhadora rural naquela região se dedicava às atividades ligadas ao babaçu. Segundo reconheciam, o que apuram era irrisório, “quase não dá pra nada”. O homem sempre ganhava um pouco mais, elas diziam, e atribuíam o fato à força física que destinavam às tarefas. Mesmo assim, eram elas que sustentavam as famílias durante a maior parte do ano.

²⁷ CPTe - Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo. *Campanha de Prevenção ao Trabalho Escravo e Combate ao Aliciamento de Trabalhadores no Piauí*, p. 9.

O trabalho feminino na coleta do coco babaçu no Maranhão, conforme Andrade²⁸, era “associado ao cultivo da terra, à pesca, ao artesanato e à saída de homens”, de forma assemelhada ao observado no Piauí. A ausência masculina as obrigava a construir relações e estratégias de sobrevivência e as ajudava a compor sua identidade feminina. Ali as mulheres se autodenominavam *quebradeiras de coco* manejando uma “categoria de autodefinição que se consolida como categoria de relação política com o mundo externo”²⁹.

As mulheres se representavam e representavam as diversas situações que compunham sua situação social a partir, mas não só, da condição de classe. Os homens “saíam” e as mulheres (em especial as casadas) “ficavam” na casa cuidando da família. As comunidades e os indivíduos entendiam essa “divisão de trabalho” como natural e pertinente às suas realidades, em um processo de relações sociais em que a “presença-ausente” e a “ausência-presente” marcavam as experiências femininas.

Alimentação e saúde

Dois temas se revelaram como preocupação nas lembranças destas penélopes caboclas: o da saúde e o da alimentação dos homens que viajavam. Expunham as marcas da experiência da maternidade, mesmo depois que os filhos se tornavam adultos ou mesmo se falassem de preocupações com os maridos, pais, irmãos ou cunhados. A geografia não lhes continha toda a vida e prosseguia além das fronteiras do estado. Na sua dor, as mulheres seguiam, de certa forma, com seus parentes pelos caminhos amazônicos desconhecidos e, para elas, o espaço ia além do território.³⁰

Nos casos estudados, os homens levados ao Pará, geralmente alojados em barracões de lona, trabalhavam na preparação do solo para atividades agropecuárias, feitura e manutenção de cercas e aceiros. Na maioria das vezes, os próprios trabalhadores preparavam os alimentos que consumiam, comprando os ingredientes no armazém da fazenda. Reclamavam em relação à qualidade, quantidade e conservação da alimentação. A água era outro tema recorrente nas queixas e memórias dos homens após as viagens. Uma mulher descrevia a “água véia suja do

²⁸ ANDRADE, Maristela de Paula. “Mutirões, empates e greves. Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu no Brasil”, p. 176.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Sobre espaço e território veja interessante livro de JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na festa do asfalto: conflito agrário violento e justiça*, p. 29-37.

igarapé” que o marido e os companheiros eram obrigados a beber e usar no preparo dos alimentos.

As reclamações e o sentimento de afronta em relação aos problemas dos trabalhadores com a comida - mal preparada ou de origem duvidosa -, em relação à água para beber - suja e parada -, à vida – banhavam-se em locais infestados por mosquitos e outros insetos – como uma razão para que muitos contraíssem malária e outras doenças. Ao falar sobre o filho, necessariamente, Graça fala de si:

O menino meu mesmo adoeceu um dia desses. Ele mandou dizer que estava doente, mas foi medicado, ficou bom. Foi tomar banho de rio. Ficou todo encarangado e caiu, novinho o rapaz, bem forte... Passou três dias sem trabalhar. Fica complicado. A gente só aguenta mesmo porque é o jeito, porque quando meus meninos saem daqui, às vezes eu vou internada. Porque não resisto. E logo sai tudo de uma vez...

Uma segunda noção sobre o que entendiam como saúde e doença revelava-se nas narrativas femininas e se constituía na menção quase generalizada à condição de “doentes” – sua e dos seus. Era uma metáfora das condições de suas vidas. Quando afirmavam que alguém estava ou era “doente”, referiam-se mais que a doença física: ao seu cansaço, à vida (trabalhar no eito de seis às seis) de desconforto e desagrado, percebida e sentida como uma “doença”.

Como se não gozassem de humanidade

Ana sabia o significado do perigo. O marido, Pedro, assim como outros, ao trabalhar no estado do Pará, foi assassinado.³¹ Ela soube da morte porque o cunhado Zé Preto estava na mesma fazenda e avisou. A mulher, que jamais havia saído do Estado, pediu dinheiro emprestado e viajou levando consigo uma cruz de madeira. Queria informações sobre os fatos, obter os direitos como viúva e dar um tratamento digno ao falecido. Colocar a cruz no local da morte era um dever religioso.

De fato, conseguiu entrar na fazenda, mas foi impedida de manter contato com os outros trabalhadores que viviam situação similar à do seu marido. Não bastasse a morte física do esposo, ela e a família sofreram a violência simbólica da sua morte moral e religiosa: colocaram ao lado do morto, não a vela acesa, um símbolo cristão, e uma cruz, mas a garrafa

³¹ A história de Ana, viúva de Pedro é contada por LE BRETON, Binka. *Vidas roubadas. A escravidão moderna na Amazônia brasileira* e por FIGUEIRA, *op. cit.*, que também discorre sobre ocorrências semelhantes.

de cachaça; algo para comprometer e confundir a apuração do crime, para levantar suspeição a respeito dos costumes do morto e lhe atribuir a responsabilidade de sua própria morte: a bebida.

Para Ana, vela e cruz eram mais que objetos feitos em cera e madeira, eram elementos de forte conteúdo, essenciais à sua fé; auxiliavam na passagem de uma vida terrena para a celestial. Ter a vela acesa na hora derradeira e a cruz fixada no local da morte e na sepultura era certamente para ela o mínimo aceitável. Nem esse mínimo seu esposo teve, como pressupunha que os outros, sobre os quais tinha informações pelas ossadas, não tiveram. Tinham sido tratados como se não gozassem de humanidade, os *estranhos absolutos*³², a alteridade desprezada.

Agindo com determinação permaneceu 15 dias ali. Finalmente, os funcionários da administração da empresa lhe entregaram a Carteira de Trabalho e Previdência Social do marido e ela constatou que ele aparentemente não havia sido oficialmente contratado e havia páginas rasgadas no documento. Antes de retornar ao Piauí, visitou a cova. Naquele momento e por anos seguidos lutou para ter o atestado de óbito do esposo, o que lhe permitiria a pensão mensal como viúva.

Não raro, as próprias vítimas ignoravam a natureza da violência a que estavam sendo submetidas, que era trabalho sob o pretexto de uma dívida. Em relação à privação do direito de ir e vir, por exemplo, por mais de uma vez, quando perguntadas se seus familiares tiveram problemas desse tipo nas fazendas – o que claramente caracteriza o trabalho escravo – algumas pessoas, inclusive mulheres, afirmavam que não, mas quando perguntadas se o homem poderia deixar a fazenda se assim o desejasse, elas próprias afirmaram que não poderiam, que somente tinham autorização para deixar a fazenda quando as tarefas terminassem. Estavam impedidos de sair mesmo diante de doença ou outra limitação por parte do trabalhador. Graça, depois de afirmar que seu filho e os companheiros de trabalho não tinham qualquer funcionário da fazenda tolhendo os seus movimentos, se referiu, muito animada, à relação de “amizade” que seu filho tinha com um certo vigia: “em todo barraco ficava um vigia vigiando. Meu menino até tem uma foto mais (com) o vigia de lá, bem baixinho, com uma espingardona na mão... o meu filho dizia (ao colega): rapaz, ele é o vigia de nós, eu não tenho um pingão de medo”.

As relações pessoais estabelecidas entre o trabalhador e o homem armado - o vigia -, podem se tornar uma estratégia de sobrevivência;

³² Expressão utilizada por MEILLASSOUX (*op. cit.*) para se referir aos escravos em geral.

de “privilégios”; de solução de tensão. Ou podem demonstrar que o trabalhador se aproximou do outro na expectativa de também ser contratado para aquela atividade, a de vigia ou pistoleiro.

A condição de escravos por dívida provinha, dentre outros fatores, da necessidade que os trabalhadores tinham de comprar seus alimentos, instrumentos de trabalho e outros utensílios no estabelecimento comercial da fazenda, onde lhes cobravam caro. O armazém do patrão ou do empreiteiro se constitui na única opção que têm, dado que se encontravam isolados, distantes de vilas ou cidades. As dívidas também eram referentes ao pagamento de aluguel, do transporte que os levou até a fazenda etc. Graça sabia da existência do armazém: “Todo fim de semana eles vão fazer as compras. Eles dizem que o dinheiro (...) já vem tudo descontado, é a água, é a luz, tudinho, casinha alugada, que eles trabalham e aí já vem tudo descontado. E vem só aquele bocadinho”. Por isso, ser amigo do vigia podia ser condição necessária da sobrevivência. Era o caso do seu filho.

As mulheres falaram do regresso ao Piauí que começava em novembro e da permanência em Barras até janeiro, quando os homens, findas as parcas economias que, com sorte, trouxeram, partiam novamente. Mas não era uma regra. Alguns passaram anos sem retornar. Graça, por exemplo, disse sobre o filho: “Não vem para o Natal, não. Mandou dizer que só vem na Semana Santa...”. Outra disse, a respeito do marido, que afirmavam ter sido assassinado: “todo dia a gente espera e ele não chega nunca ...”.

Para a sindicalista Lia “O sonho do lavrador é ter uma vida digna, ter uma terra para poder produzir. Aí ele é uma pessoa liberta”³³. Viver melhor era, dizem umas e outras informantes, comer “uma coisa que dá vontade”, “não trabalhar tanto”, “viver mais em casa”, “saúde”, “casa para morar”, “que a filha estude”, “que o marido fique perto”, “a família unida”, “ter um serviço”, “um trabalho menos pesado”, um “trabalho aqui para o homem não precisar viajar”. Ou, ainda, “ter um pedacinho de terra pra morar com os filhos”. Essa mulher também assume o custo moral do “não ter”. O que seria motivo para interpelar autoridades, lideranças sindicais e grupos dominantes é vivido como sentimento de culpa por não ter podido evitar que o filho partisse.

³³ No contexto de suas falas, *liberdade* significa tornarem-se proprietários das terras em que trabalham, vender livremente os produtos a quem lhes oferece o melhor preço, encontrarem-se livres do cativo do trabalho em terra alheia, o que, tradicionalmente os obriga a vender sua produção ao proprietário da terra. Este compra a preço inferior ao praticado pelo mercado.

Conclusão

Neste trabalho, foram ouvidas mulheres que trataram da pobreza, da dominação, da violência, da migração, do gênero e do trabalho escravo. Sabemos que tais fatos podem provocar o dilaceramento interno dos sujeitos e de suas famílias, principalmente quando a pessoa submerge ao poder exercido sobre ela. Em situações limite, o poder parece prescindir de seu caráter relacional e é operado como se, simplesmente, homens e mulheres reduzidos à condição de trabalhadores escravizados não contassem, desprovidos que estariam de sua humanidade. Como observou Neide Esterci³⁴, às vezes “o uso da violência é tão arbitrário e o descumprimento dos acordos é tão ostensivo que o consentimento dos subordinados parece não importar absolutamente”. E assumindo o conceito de dominação de Weber, ela prosseguiu: “a sociabilidade entre os dois pólos da relação está a tal modo ausente que as noções de dominação e de legitimidade não mais se aplicam”. No caso do marido de Ana e no caso das vítimas cujos corpos permaneciam insepultos, parecia não interessar ao proprietário da fazenda ou aos seus representantes, nada mais além da dominação pela força.

Contudo, as falas dessas mulheres demonstraram capacidade para administrar no seu jeito as situações limite. Encontramos resistência, mesmo se diferenciada, frente às situações. Algumas poderiam até viajar em busca do corpo do marido e resgatar o cunhado, como Ana. Outras, como Lia, ingressaram na vida sindical e passaram a organizar os trabalhadores. Outras, ainda, como Graça, que “adoecia” quando os filhos saíam, também não se renderam e levaram a vida adiante, cuidando de si e dos familiares. Ou seja, não se pode afirmar a existência da dominação pura e simples sobre sujeitos. Se de um lado, para certos proprietários, mais que dominação, havia violência, do outro lado havia resistências.

Bibliografia

- ANDRADE, Maristela de Paula. “Mutirões, empates e greves. Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu no Brasil”, in *Revue Lusotopie*, v. XII, n. 1-2, Leiden, 2005, p. 175-189.
- BALES, Kevin. *I nuovi shiavi – la merce umana nell’economia globale*. Milano: Feltrinelli, 2000.
- CPTe - Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo. *Campanha de Prevenção ao Trabalho Escravo e Combate ao Aliciamento de Trabalhadores no Piauí*. [Teresina:] 2003.

³⁴ ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*, p. 7 e 12.

- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro, CEDI/Koinonia, 1994.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na festa do asfalto: conflito agrário violento e justiça*. São Paulo, Humanistas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- LE BRETON, Binka. *Vidas roubadas. A escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, José de Souza. "A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil", in *Tempo Social*, v. 6, n. 1-2, 1994 (edit. jun. 1995).
- _____. *Os camponeses e política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MATTOS, Patrícia. "A mulher moderna numa sociedade desigual", in SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 153-196.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio", in *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum", in FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. "Relatos orais: do indizível ao dizível", in *Ciência e Cultura*, v. 39, n. 3, março. 1987, p. 272-286.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. "A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero", in *Estudos de psicologia*, v. 11, n. 1, 2006, p. 65-69.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração – ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

Abstract

***He never comes back...
Experiences of women in the slave labor context***

This article discusses situations of fear, resistance and estrangement due to migration, based on the discourse of three peasant women in Piauí, Northeast Brazil. These women have much in common: housing conditions, rural work, poor education, poverty, "invisibility" of gender, and male relatives who were deceived and taken to south Pará, North Brazil. Many of these men, often subjected to what has been recognized as debt bondage in agricultural companies, are submitted to violence situations and their families have no news of them. In their origin communities, wives, mothers and daughters lead their daily life by sharing networks of material and symbolic relations.

Keywords: Contemporary slave labor; Debt bondage; Migration; Memory.

Recebido para publicação em 12/09/2011.

Aceito para publicação em 18/10/2011.

Received for publication in September, 12th, 2011.

Accepted for publication in October, 18th, 2011.